

**35º Encontro Anual da Anpocs**

**GT03 - Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos**

**Cama de Jaú: narrativas dos invisíveis frente ao projeto da Usina Hidrelétrica de Marabá – UHE no Município de Marabá – PA.**

**Autores:**

**Adriano Castorino**

**Elson Santos Silva Carvalho**

**Co-autores:**

**Ademir Castorino**

**Maria Josinete Araújo**

## **Introdução**

Segundo as informações no site do Ministério da Integração Nacional ([http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr\\_promeso](http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_promeso)) a Mesorregião do Bico do Papagaio compreende 66 municípios – 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 km<sup>2</sup> e com população de 1.436.788 habitantes.

A Região do Bico do Papagaio, que compreende os estados do Maranhão, Pará e Tocantins, pode ser afetada pelo “próximo grande projeto hidrelétrico do Brasil após a usina de Belo Monte será a usina de Marabá (PA), no rio Tocantins, com capacidade para 1.800 megawatts, informou nesta quinta-feira o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim” diz a repórter do Estadão, Denise Luna, em 17 de junho de 2008. Além dessa informação, consta no Plano Decenal de Energia, espécie de documento base do setor elétrico, disponível em [http://www.epe.gov.br/PDEE/20091119\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20091119_1.pdf), que a UHE Marabá faz parte do plano de expansão da oferta de energia elétrica.

Em face disso, foi desenvolvido um projeto, no âmbito do Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente, a partir do qual foi possível fazer duas viagens ao Bico do Papagaio. Na primeira viagem, partindo sempre de Palmas, capital do Tocantins, foi feito um reconhecimento de cada um dos municípios que podem vir a ser afetados diretamente, quais sejam: São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará e Marabá, todos no estado do Pará; São Pedro da Água Branca e Imperatriz, no estado do Maranhão; Esperantina, Araguatins, Buriti do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Carrasco Bonito e Praia Norte, no estado do Tocantins. A primeira viagem se deu em outubro de 2009.

Abaixo, a Imagem 01 ilustra a abrangência da UHE Marabá. Nessa imagem há além do detalhe das coordenadas geográficas, uma projeção do enchimento do reservatório. Além disso, na montagem constam algumas fotos de momentos em que a equipe de filmagem coordenada por Adriano Castorino e Elson Santos Silva Carvalho.

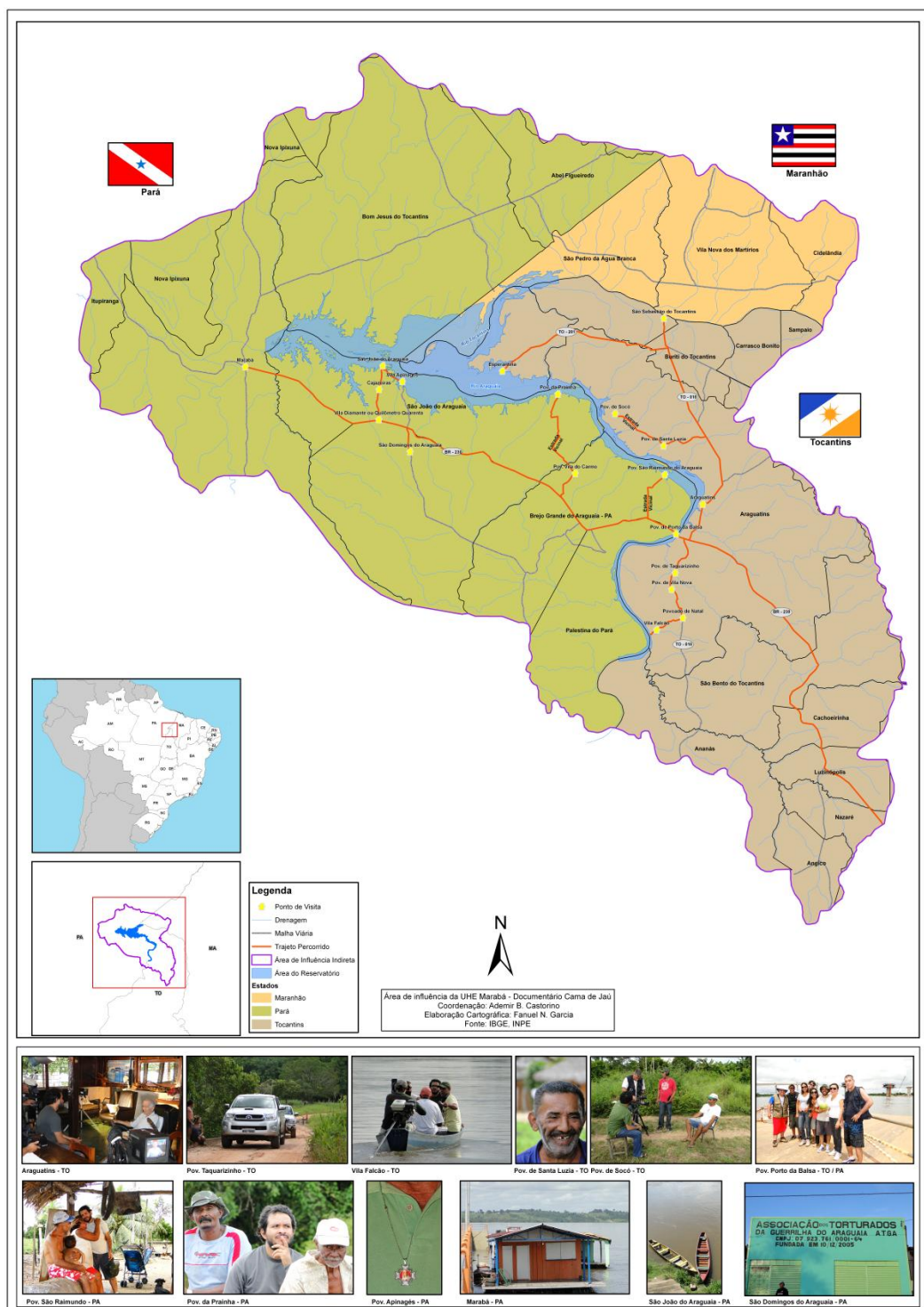


Imagem 01. Imagem elaborada por Ademir Castorino, a partir de uma cartilha feita pela empresa responsável pelos estudos de implantação da UHE Marabá. No detalhe, fotos também feitas por Ademir Castorino, que nesse projeto era o fotógrafo responsável.

Na segunda, feita em abril e maio de 2010, foram feitas entrevistas com moradores de todos os municípios. Numa dessas entrevistas, no Município de São João

do Araguaia, com um morador que lá reside a mais de 60 anos, e mora bem na beira do Rio Araguaia, disse que ele iria se tornar cama de Jaú. Essa referência foi que deu o título final desse projeto. Nessas entrevistas, foram gravadas mais de 33 horas de vídeo, feito em câmera profissional, e mais de duas mil fotografias. A equipe envolvida nessa segunda fase do projeto foi de 15 pessoas.

A metodologia utilizada para as conversas e captação de imagens foi a seguinte:

- a) havia uma pessoa que conduzia a equipe e em cada localidade havia um guia, essa pessoa havia sido contatada ainda na primeira visita em 2009, também foi tomado o cuidado para que a pessoa que nos guiasse fosse o mais próxima possível da vida local;
- b) as perguntas eram feitas, a conversa era entabulada entre o guia da equipe e as pessoas a serem entrevistadas;
- c) o guia explicava o projeto, falava do termo de consentimento.

Essa região é repleta de conflitos ambientais, sobretudo os conflitos de terra. Foi nessa região que Padre Josimo Tavares lutou e foi morto, em 10 de maio de 1986. Também nessa região, houve a Guerrilha do Araguaia, no período militar. Na maior parte das entrevistas, ficou claro que as pessoas, sobretudo as que moram na margem do Rio Araguaia, no Estado do Pará e no Estado do Tocantins, não tem documentos da terra. Também foi observado, conforme as entrevistas, que os conflitos decorrentes da Guerrilha do Araguaia ainda não foram resolvidos. Uma parte significativa dos entrevistados acredita que o enchimento do reservatório da UHE Marabá pode esconder de uma vez por todas os restos mortais de militantes mortos por militares durante a Guerrilha. Um outro aspecto relevante é que os moradores que vivem nas margens dos rios Araguaia e Tocantins não serão indenizados uma vez que não tem documentação de posse da terra.

Os conflitos de terra também ficaram o tempo todo na pauta dos entrevistados, especialmente as pessoas que foram ouvidas em São Sebastião do Tocantins, no estado do Tocantins. Essa cidade foi o berço da atuação de Padre Josimo Tavares, conforme nos disse uma senhora que nos recebeu em 2009 e nos ajudou em 2010. Aliás, Padre Josimo está sepultado na igreja de Buriti, município vizinho a São Sebastião, e que também será impactado pelo reservatório da UHE Marabá. A concentração de terras nesses dois municípios é evidente, há muitos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra ao longo da rodovia estadual TO-201, que liga o extremo do estado, o município de Esperantina ao município de Augustinópolis, passando pelo município de Buriti.

Nas conversas, sobretudo quando não estava sendo gravadas, nas conversas informais, na hora do almoço ou do jantar, as pessoas procuram a equipe, contavam fatos relativos à vida delas, narravam como conheceram Padre Josimo Tavares, e o quanto esse padre foi importante para elas e para as lutas dos trabalhadores rurais.

No dia em que foi feita uma tomada na igreja, porque havia sido discutida com a equipe a melhor maneira de filmar, ao que ficou decidido fazer uma tomada da igreja em que está sepultado Padre Josimo Tavares. Nesse dia, a equipe foi meio que elevada aos tempos das narrativas daquelas pessoas, porque está ali no túmulo de Padre Josimo Tavares era como se fosse possível, então, entender um pouco das falas que a equipe pode escutar. A atmosfera não era de tristeza, nem se assemelhava aos cânticos lânguidos das catedrais pomposas. Havia uma celebração de alegria que pegou a equipe, todos ficaram alegres, isso pareceu um tanto estranho, uma vez que estávamos diante de um túmulo. Mas era isso, um pouco, que tentaram dizer as pessoas de São Sebastião e de Buriti, para elas Josimo é alegria.

Além desses aspectos que ficou muito marcado na visita ao estado do Tocantins, foi possível visualizar outras formas de opressão em outros municípios, como os Marcos da UHE Marabá na vila Santa Luzia, no município de Araguatins. A vila é de uma pobreza quase indescritível, as crianças trazem um aspecto de quem além da fome precisa de brinquedos. Os pais laboram na roça, normalmente em terras cedidas de fazendas, porque a maioria não tem nem mesmo dentes. Segundo as entrevistas dadas à equipe, chegaram ali, em Santa Luzia, por volta da década de 1980, até hoje não tem terras. Como moram às margens do Rio Araguaia, recorrem ao rio para pescar, de onde vem a principal fonte de proteínas.

Há nessas pessoas uma sensação de que nada significam, parece que se sentem desprestigiadas. Isso ficou claro quando um morador mostrou onde estava um Marco da UHE Marabá. Ele disse à equipe que os engenheiros por lá estiveram, nada falaram, nada esclarecem, disseram apenas, segundo eles, que não podiam dizer anda. Ao lado de onde está fincado esse Marco, há uma casa de pau-a-pique, coberta de palha, dentro da casa poucos moveis, um banco de madeira, um fogão já desgastado, algumas redes.

Um pouco mais adiante, talvez uns 15 quilômetros, há uma vila de Adventistas, essas pessoas caminharam para essa região por ter, segundo o pastor, recebido uma profecia. Lá moram, congregam, educam as crianças. Eles comparam uma fazenda, ainda na década de 1980. Residem nela, são muitas famílias, todas da mesma igreja. Nesse

caso, o que mais nos chamou a atenção é que praticamente toda a propriedade deles, que foi adquirida ali justamente porque é uma profecia, pode ser inundada pelo reservatório da UHE Marabá. O Marco da usina está fincado ao lado da capela de orações.

Um pouco mais adiante há uma outra vila, chamada Vila Socó. Há poucos moradores, tem duas ruas. Como em Santa Luzia, a maior parte dos moradores da Vila Socó veio do Estado do Maranhão. Nessa vila há muitos pescadores, todos eles se mostraram pessimistas com a possibilidade de o rio se tornar em lago, porque pela experiência de outros reservatórios, a diversidade de peixes havidas no rio pode dar lugar a algumas espécies mais adaptadas a viverem em água parada.

Ainda na zona rural de Araguatins, foi possível ver a angústia de um grupo de assentados que receberam a terra a menos de 5 anos e todos podem ficar sem o lugar, porque além de o lago do reservatório atingir a maior parte dos lotes, há os tributários que cortam a estrada de acesso ao assentamento Falcão, onde moram mais 100 famílias. Não há terras para transpor esses assentados, porque as terras mais no interior do município estão ocupadas com imensas plantações de eucaliptos.

O assentamento Falcão tem também um atrativo turístico no mês de julho, uma praia fluvial, logo na frente do assentamento que tem a maior parte dos lotes de frente para o rio. Durante o mês de julho parte dos assentados monta barracas na praia, outra parte transporta as pessoas em barcos, e outra parte pescam e vendem os peixes nas barracas. Todos se mostraram tristes com a possibilidade do lago existir, porque além da renda que acessam no mês de férias escolares, ficariam sem a praia para sempre. Para se ter uma idéia da importância dessa praia para esses assentados, segundo disseram a equipe de filmagem, recebem em média 500 pessoas por final de semana, durante o mês de julho. A renda é suficiente para suportar as despesas até a colheita da roça, feita nos meses de março.

Um outro aspecto dessa viagem foi o fato de que a equipe chega à cidade de Marabá, no Estado do Pará, no dia 04 de abril de 2010. Um dia antes do aniversário da cidade. Nisso, foi possível se informar da programação ao que possibilitou uma gravação com o prefeito da cidade no Bairro do Cabelo Seco, no dia 05 de abril, aniversário comemorado com café da manhã. Nessa gravação foi possível conversar com o prefeito Maurino Magalhães de Lima, atencioso e articulado falou desinibidamente. Defendeu o projeto da UHE Marabá. Para isso se valeu de vários exemplos, dentre os quais a necessidade de energia para a implantação de projetos industriais de grande porte em

torno da cadeia da mineração. Falou também da possibilidade de Marabá vir a ser a capital do Estado do Carajás, e nesse caso, esta cidade não poderia sofrer com as enchentes.

A cidade de Marabá é um exemplo da ausência do estado na Região do Bico do Papagaio. Cresceu muito, tem um pólo industrial forte, uma vez que é corredor de escoamento da mineração da Vale do Rio Doce. Mas a cidade é caótica, desordenada, especialmente no sentido de que a infraestrutura urbana não acompanhou o crescimento populacional. Por isso, no Cabelo Seco, onde o prefeito falou à nossa equipe, era um retrato desse desmonte do estado. O bairro é o marco zero da cidade, fica na beira do Rio Tocantins. Mas não muitos serviços básicos à população que por lá vive.

Ainda assim, há um sentimento muito forte de que a luta pela divisão do Estado do Pará possibilitará mudanças para a cidade de Marabá e para o sul do estado, como um todo. Justamente dentro desse espírito é que o projeto da UHE Marabá pode vir a ser a um só tempo energia para o desenvolvimento e fim das enchentes. No projeto, o barramento do rio Tocantins ficará na barra do encontro dos rios Araguaia e Tocantins, entre os Municípios de São João do Araguaia e Marabá, logo um pouco acima da cidade de Marabá.

Já no município de São João do Araguaia, que é um município da época do império, e a partir do qual quase todos os municípios da Região, no estado do Pará, se derivaram, será um dos mais afetados. Sobretudo porque em extensão territorial, hoje, é minúsculo, com mais da metade de suas terras à margem do Rio Araguaia. Desse modo, quando vier o reservatório, é possível que esse município fique sem terras, sem contar na sede, que está na beira do rio e será toda inundada, segundo o projeto.

### **A terra, a água e o fogo**

Nessa parte do texto, será preciso se debruçar um pouco sobre alguns temas. Para isso, também será preciso recorrer a alguns autores, dentre os quais Y-Fu Tuan (1983). Para Tuan (1983), há uma diferença em relação ao que é considerado espaço e o que é tido como lugar. Por isso, explica o autor, o espaço é transitório ao passo que o lugar prescinde a pausa. Daí que enquanto o espaço é movimento, o lugar se configura como necessidade premente de ficar, de estar. Essas duas categorias, assim diferenciadas, podem dar uma dimensão de como é importante notar que o ambiente é percebido de

modos distintos, sobretudo porque nele se mostram dimensões de espaço e lugar. Essas dimensões, dependendo de quem as vê, podem ser valoradas de modos quase inconciliáveis.

Para o governo, ou para os defensores da produção e do uso infinito de recursos energéticos, um detalhe no mapa, como é a Região do Bico do Papagaio, é apenas e tão somente um espaço. Aliás, para essa noção, apregoadá sobretudo pelas políticas de desenvolvimento, como dizem Andréia Zhouri e Raquel Oliveira (2007), as pessoas que vivem nas regiões alvo dos empreendimentos podem simplesmente mudar de ambiente, porque, afinal, seria apenas uma mudança.

Mas quando se tem, por exemplo, o que explica Tuan (1983), percebe-se que as pessoas estão mais ligadas ao lugar do que talvez elas mesmas supusessem. Não se trata apenas em falar de enraizamento. É que o espaço, a imensidão do ambiente, é percebido pelas emoções, pela subjetividade e isso permite que as pessoas tornem significativos atos, modos e jeitos de viver naquele ambiente. Para Tuan (1983) é isso que torna o espaço em lugar.

Como aqui se fala de um dilema ambiental, no caso uma possibilidade de construção de UHE, é importante lembrar o filme *Narradores de Javé*, lançado em 2003, de Eliane Caffé (<http://www.adorocinema.com/filmes/narradores-de-jave/>). Nesse trabalho, a diretora Eliane Caffé, dá muita importância ao afeto que as pessoas vão descobrindo que tem pelo lugarejo prestes a inundar.

Há algumas semelhanças entre o assunto tratado no filme de Eliane Caffé e a proposta de entendimento explicada por Tuan (1983). Porque o lugar, como permanência de sentidos, traz intrinsecamente a noção de que o significado dado ao ambiente é um valor construído pela vivência. Desse modo, os que tornam um espaço um lugar de vivências são os que valoram o que visto de fora parece apenas um ambiente, um espaço físico. Essa contradição, em face dos empreendimentos hidrelétricos, por exemplo, gera uma série de problemas.

Por isso, como explicam Andréia Zhouri e Raquel Oliveira (2007) tais projetos revelam a oposição entre duas racionalidades distintas: de um lado, para as comunidades ribeirinhas a terra representa o patrimônio da família e da comunidade, resguardado por regras de uso e compartilhamento dos recursos; do outro lado, o Setor Elétrico, incluindo o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir da perspectiva do Mercado,



entendem o território como propriedade e, como tal, mercadoria passível de valoração monetária.

Nesse sentido, o primeiro tema a ser focado aqui é o da terra. A terra, como diz Therezinha Fraxe (2004), para os povos ribeirinhos é um contínuo da vida. Sobretudo porque, como enfatiza essa autora, quem mora no beiradão, os beiradeiros, como costumam se autodesignar, dependem da terra tanto quanto da água, mas a terra, especialmente as vazantes representam os ciclos da vida e da subsistência. Os ribeirinhos construíram um modo de vida integrado pela agricultura e extrativismo vegetal ou animal, vivendo em função de produtos da floresta, dos rios e das terras molhadas da várzea amazônica, diz a autora.

Para Therezinha Fraxe (2004), trata-se uma cultura de profundas relações com a natureza, que perdura, consolida e fecunda o imaginário desse conjunto social, que busca desvendar os segredos de seu mundo, recorrendo a mitos, lendas, plantas medicinais, rezadeiras, assim como ao trabalho, ao labor e ao lazer; onde o homem viveu e ainda vive, em algumas áreas de forma tradicional, alimentado-se de pratos típicos, celebrando a vida nas festividades e danças originais, banhando-se prazerosamente nas águas dos rios e das chuvas, curando-se de suas doenças com as plantas e ervas das florestas.

Ainda segundo essa autora, são essas características que explicam o trabalho do ribeirinho, que se aproveitando dos movimentos da natureza (safra de peixes, de frutas etc.), integram-se ao meio ambiente, e isso o fazem desempenhando os papéis de agricultores, pescadores, remadores, caçadores, mateiros etc., seguem as nuances de uma natureza monumentalizada pelas suas enormes proporções, que deles exigem criatividade e os instigam à compreensão imaginativa.

Desse modo, a terra nem é somente o solo, e suas características físicas, nem tampouco o ambiente vasto. A terra é o lugar da vida. Como tal é percebida e conhecida e por isso mesmo até de certo modo reverenciada, uma vez que o uso não se dá pela lógica da produção para acumulação nem de capital nem de excedentes.

As pessoas com as quais a equipe teve a oportunidade de interagir nos dias em que esteve fazendo as gravações, sempre demonstraram uma relação de intimidade com os caminhos, com os tipos de terrenos, com as melhores áreas para plantio, com as baixadas e várzeas. Não se tratava de um conhecimento descritivo nem mesmo de uma teoria sobre as mais diferentes formas de relevo da região. Falavam das roças, do melhor período para limpar uma área de terra para o plantio.

Assim como explica Therezinha Fraxe (2004) explica, foi possível ver como os beiradeiros se relacionam com a terra. As casas estão nos barrancos, a parte mais alta, o que evita as enchentes, mas nem só por isso, antes porque nas vazantes, as partes mais baixas é lugar do cultivo. Há muitas interações com a terra que são mais visíveis numa visita, como as crianças ao largo, rolando pelo terreiro, correndo atrás das galinhas ou se escondendo no mato. Mas há outras menos explícitas, como as áreas destinadas aos mortos, ainda assim, em cada vila há uma área para descanso dos mortos, como disseram as pessoas que guiavam a equipe.

Todavia, a imensa maioria das pessoas com quem a equipe conversou não tem a posse da terra, isto é, não tem títulos de posse. Ou são moradores de áreas da união, sobretudo os que moram bem na margem dos rios Araguaia e Tocantins ou são moradores de vilas, nesse caso, um vai cedendo ao outro uma parte do terreno de modo que há muitas famílias num único lote.

Essa situação é comum em toda a região do Bico do Papagaio, mas no caso do estado do Tocantins é sobremaneira mais agravada. Sobretudo porque os conflitos pela terra nessa região são bem anteriores ao quadro atual. Num relatório feito para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Maria Bouzada (2011) diz que no Estado do Tocantins há uma enorme desigualdade em relação a posse da terra.

Segundo essa autora, entre 1970 e 2003 tivemos no Estado a diminuição do número de áreas ocupadas pelas pequenas propriedades e aumento dos latifúndios (IBGE/2007). Só no ano de 2003, explica Bouzada (2003), 43,4% das propriedades rurais que possuem menos de 100 ha ocupam 5,6% das propriedades do Estado. No mesmo ano, 8,9% das propriedades rurais que possuem mais de 100 ha ocupam 53,7% da área do Estado. O Estado do Tocantins possui uma alta concentração fundiária, além disso, continua a autora, Segundo o Plano Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Tocantins – INCRA -TO, a demanda potencial quantidade de famílias que necessitam ser assentadas ou regularizadas, no Estado é de 73.327.

Partindo desse tema da terra surge nesse momento a temática da água, que evidentemente está intrinsecamente ligada ao uso da terra. Todavia, é preciso se deter um pouco mais sobre como a água faz parte da vida das pessoas que moram à beira do rio, das que dele tiram partes de seu sustento.

Nesse sentido, como explica Antonio Carlos Diegues (2005), o território, para as populações tradicionais, como os ribeirinhos, por exemplo, significa uma das mais

importantes características que marcam esses grupos tradicionais. Para esse autor, o território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas.

Diegues (2005) reforça que em algumas dessas comunidades existem formas de uso comum do território como aquelas existentes pescadores artesanais, por exemplo. Entre esses elementos, esse autor diz que os rios, riachos, lagos, córregos, poços (e para as populações litorâneas, a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida.

Desse modo, para as populações ribeirinhas, conforme explica Diegues (2005), a água é para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas e pomares, para transporte e navegação e para algumas dessas populações são também fonte de energia. Para muitas destas populações, a água é também local “habitado por seres naturais e sobrenaturais benéficos que, quando desrespeitados, podem trazer destruição e desgraça. Essas populações atribuem valores às águas que são distintos daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais” (DIEGUES, 2005, p. 1).

Em face disso, acentua o autor, a água doce é necessidade básica de todos os seres humanos, mas a forma com que essa necessidade é atendida depende da cultura. Por isso, a noção de água como parte de um todo, como entidade que precisa ser vivenciada e a um só tempo temida é algo que sobressai nas falas dos entrevistados. Mesmo os que não são pescadores, se referem ao rio com alguma noção de admiração e respeito.

Em todos os municípios que podem ser impactados pela UHE Marabá, há uma imensa parte da população morando nas margens dos rios, tanto o Rio Tocantins quanto o Rio Araguaia. As sedes dos municípios também fazem parte do ritmo das águas, com exceção apenas do município de Brejo Grande do Araguaia, no estado do Pará, porque nesse caso, a sede está mais distante do Rio Araguaia.

As histórias de vida, a dinâmica das águas, as ilhotas, os pequenos rios que tributam, são algumas das relações que estão intrinsecamente ligadas ao modo de vida das pessoas que moram nas margens desses rios. Por isso, como explicita Diegues (2005), homens e mulheres se relacionam com a água de forma distinta. Para esse autor, enquanto os primeiros são vaqueiros que levam o gado para beber no rio, pescadores,

guias turísticos e tiram sua renda em trabalhos fluviais, as mulheres e crianças têm um contato mais direto com a água.

Aqui também fica clara, como a explicação de Diegues (2005) como as mulheres lidam com a água, são elas que buscam a água para o uso doméstico, muitas vezes do próprio rio para as atividades domésticas e freqüentemente se reúnem às suas margens para lavar roupa, banhar-se, conversar, receber e transmitir novidades do lugar. Nesse caso, as mulheres juntamente com as crianças, estabelecem uma relação com o rio que traz tanto os aspectos de uso da água quanto os de vivências humanas mediadas pela existência do rio.

Por onde a equipe andou, foi possível ver, mesmo nas sedes dos municípios, um número grande de mulheres lavando roupas nos rios. Essa tarefa é também chamada por elas de bater roupas, ao que se juntam pelas ruas, descem as ribanceiras com imensas bacias na cabeça, num equilíbrio quase impossível. Já na água, cantam, conversam, cuidam das crianças, há uma certa forma de estar no mundo para aquelas mulheres que elas está ligada ao rio e às águas.

Além da vivência das mulheres, a equipe ouviu inúmeros pescadores, a fala dessas pessoas ecoa uma intimidade poética com as formas de a água existir. Porque como explicou um pescador, a canoa tem de escorrer pelo rio, os remos tem de agir com força, mas com uma maneira calma, porque se houver barulho nas remadas, espanta os peixes e se for remadas fracas, a canoa não anda.

Numa imagem capitada pelo cinegrafista da equipe, foi possível notar a imensidão do encontro das águas, no momento em que o Rio Araguaia desemboca no Rio Tocantins, e nessa imensidão, lá estava uma canoinha, frágil, cintilante, quase encoberta pelo infinito das águas. Ao que o barco da equipe se dirige rumo a esse canoeiro, lá avistamos peixes na canoa, mão firmes no remo, parou, olhou o barco, cumprimentou, disse que estava pescando nos remansos que fica na margem do Estado do Maranhão.

Esse encontro dos rios, no qual fica o desenho geográfico do bico de um papagaio, daí o nome da região, está a fronteira dos três estados, Tocantins, Pará e Maranhão. O desenho desse encontro é além de lindo é de uma importância fundamental para as populações que vivem naquelas margens. Segundo nos disse o pescador que foi entrevistado em pleno rio, todos os moradores da região dependem do rio, uns pescam e vendem os peixes ali mesmo nas vilas, outros plantam nas vazantes, outros transportam cargas em pequenos barcos.

A população que vive às margens do rio o conhece tão bem que o barqueiro que conduzia a equipe pelas navegações no Rio Araguaia, explicava onde havia uma pedra, onde morava uma família, o melhor lugar para pescar determinado peixe. Num determinado momento caiu uma chuva, houve banzeiro, a equipe aflita, ao que o barqueiro, toma o leme, conduz o barco a um remanso, desliga o motor, e descansa. Ali havia uma lição, a dinâmica da natureza é assim, é preciso calma, respeito. Isso não é uma imagem mítica de uma relação entre as pessoas e a natureza. Mas de certo modo, como explicou o barqueiro, é como se o rio fosse uma pessoa, por isso, tem horas que o rio fica nervoso, é preciso ter calma, não se pode afobar, como sempre fazia questão de frisar o barqueiro.

No tempo em que o barco ficou parado, o barqueiro contou histórias. Tanto causos de pescador quanto coisas da vida ribeirinha. Disse que há políticos que compram as terras dos assentados que moram por ali, mas deixam as pessoas morando na terra, é que os políticos querem mesmo é uma casa de passeio, como ele disse. Nesse momento, também a equipe se lembrou que outras pessoas, ainda em Araguatins, também disseram que o prefeito da cidade havia adquirido muitas terras às margens do rio.

Também falou da importância da água para a vida dele. Ao que disse que sem aquele rio ele, o barqueiro, e muita gente que ele conhecia estariam sem rumo. Primeiro porque ali onde moravam iria ser tudo inundado, na medida em que ia dizendo, olhava assim de soslaio para a chuva, parecia triste, mas ficava assim como quem duvida do ele mesmo está a falar. Parou de falar, cruzou os braços, apertou-os contra o peito, havia um vento frio. Era tudo silêncio e a chuva.

Assim que cessou a chuva, o sol de novo, mas um pouco lânguido, mas veio. O barco toca novamente, agora que estamos em caminho de volta, o barco anda ainda mais devagar, a correnteza é forte embora quase não se perceba. Na viagem de volta, muitos botos, pássaros, alguns moradores, suas roças, esperanças e crianças, todos quando dão pela equipe, os aparatos de filmagem, assustam-se. Mas falam, querem falar, desejam falar, precisam falar. E falam de tudo, mas falam da água, do rio, dos peixes, tanto que a água que para eles, como mesmo disseram, é a fonte de vida, é pela água que andam, porque os caminhos são também pelo rio.

Nisso, uma senhora, que vem de sua roça receber a equipe, diz que se a barragem sair mesmo, a água que é a vida de hoje, o sustento, o alento, pode ser a morte. A água da

barragem vai matar a gente, disse ela. É um mundaréu de água, moço, diz e faz um gesto com os braços como que para alcançar os limites do que ela diz.

Nesse ponto, o da possibilidade da morte, será possível também introduzir o tema do fogo. De um lado, o fogo como parte de um sistema natural, de outro, como metáfora. Nas várias visitas feitas pela a equipe, foi possível observar um pouco essa relação da terra, da água e do fogo. Claro está que as pessoas, em qualquer lugar, precisaram disso, mas o que se notou lá foi como esses três elementos, por assim dizer, se inter-relacionam a ponto de formar um dado da cultura, uma formação que é parte dos modos de vida das pessoas ribeirinhas.

As formas do fogo, tanto o da cozinha quanto o fogo da queima nas roças das vazantes são maneiras dessas pessoas lidarem com esse elemento que é a um só tempo o que purifica, o que permite o cozimento e o que mata. A purificação é mais ou menos vista na queima da roça, na época em que a equipe esteve com os ribeirinhos, eles faziam roças para feijão. O cozimento, feito nas cozinhas, ainda consiste em ter fogo de lenhas ou carvão de casca de babaçu, isso constrói uma certa imagem do ato de cozinhar. As cozinhas são amplas, as paredes estão enfumaçadas, as panelas são pretas, de um lado, um lavatório de vasilhas, a água na bacia e mais um pouco no balde.

Na beira do rio, nas pescarias, o fogo é manuseado ali mesmo na praia, quando na seca e nos barrancos, quando da cheia. O fogo arde entre três pedras, é uma trempe, sobre as línguas do fogo, um flandre feito de lata, sobre este, um peixe assa deliciosamente. Ao lado, pescadores e convivas preparam um molho a base de sal, pimenta e limão. O acompanhamento é farinha de puba. Essa cena é tão comum quanto a habilidade para acender um fogo.

Todavia, uma forma de ser da noção de fogo saltou nas conversas: o fogo como arma. Mas não se trata de que o fogo fora utilizado para matar pessoas, antes, é uma maneira das pessoas se referirem ao episódio recente da Guerrilha do Araguaia. As falas são quase que por acaso, também a equipe conduziu esse assunto com certa delicadeza afim de não constranger as pessoas. Todavia, as pessoas quiseram falar, sempre com certa desconfiança.

Nesse caso, a noção de fogo aqui é também, conforme expressão das pessoas, uma forma de tacar fogo nas pessoas. Para todas as pessoas entrevistadas, os guerrilheiros não eram agressivos e nem utilizavam de violências com os ribeirinhos, ao passo que os militares da época, apelavam para o fogo. Todavia, não se trata aqui de

produzir um texto sobre esse conflito, antes de tentar entender como o significado de fogo também foi incorporado nesse conflito.

Essas conversas levaram a equipe a uma cidade que será afetada indiretamente, pela UHE Marabá, São Domingos do Araguaia, no Estado do Pará. Nessa cidade há uma associação dos torturados pela guerrilha. Lá foi possível escutar muitos fatos desse conflitos, soube-se de pessoas que foram postas em buracos, de pessoas que perderam a cabeça, de pessoas que nunca mais se viu nem os corpos. Essa associação congrega pessoas que na época do conflito era ainda muito jovens. Na fala delas, a noção de que o estado tinha o poder de fogo é muito forte. Nesse sentido, como falou um dos associados, havia um sentimento de que os militares tinham que exterminar, expurgar os comunistas e todos os que com eles contribuíssem. Abaixo, na Foto 03, o prédio da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, e no detalhe, em pé, de camisa preta, o presidente desta associação.

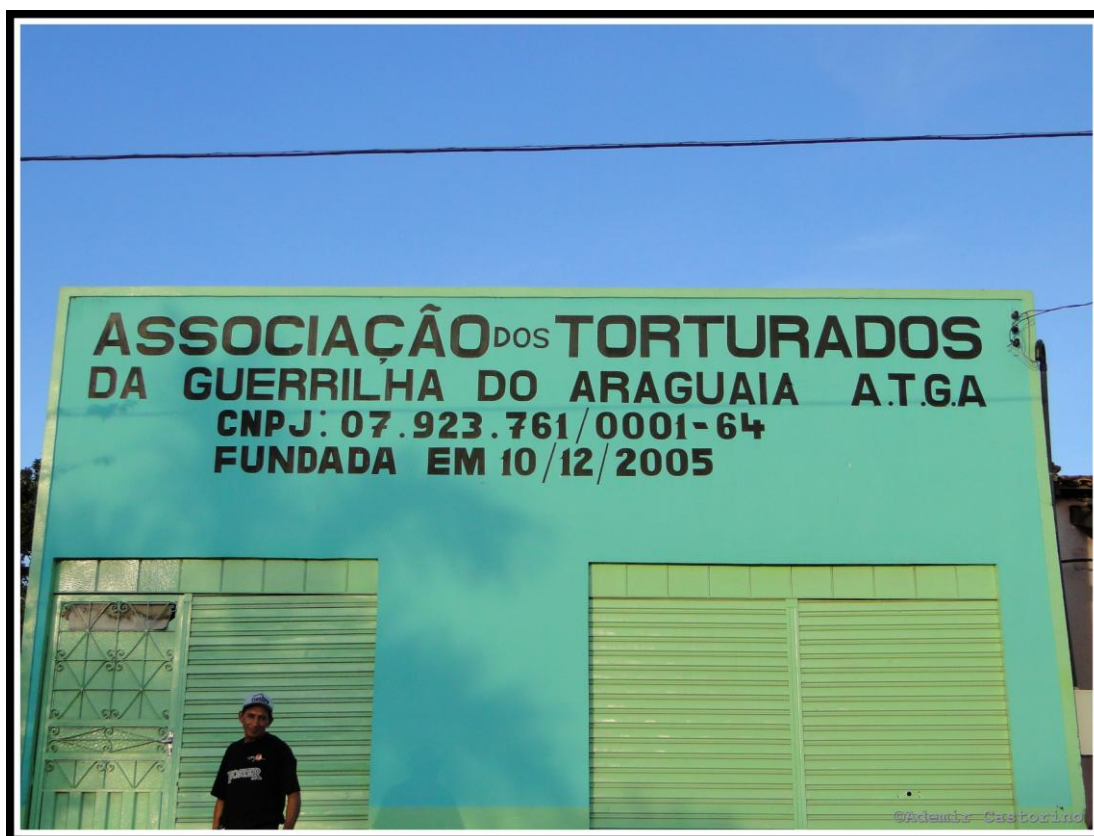


Foto 01. Foto da equipe, feita pelo fotógrafo Ademir Castorino.

Esse fato é deveras importante, sobretudo em face do que se avizinha, a UHE Marabá. No exato momento em que se ouviam os relatos dos associados em São

Domingos do Araguaia, eis que surge um fato: restos de um possível guerrilheiro são encontrados em Brejo Grande do Araguaia, cidade vizinha de São Domingos. Esse fato foi noticiado no portal Terra (<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI4325843-EI6779-ABG,00.html>) e também no portal de notícias G1 (<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1534140-5598,00-OSSADAS+QUE+PODEM+SER+DA+GUERRILHA+DO+ARAGUAIA+SAO+ENCO-NTRADAS+NO+PARA.html>).

Para as pessoas que eram ouvidas na associação essa notícia os deixou mudos. De um lado, porque narravam um passado já havido e de outro, se sentiam ainda com medo. Para muitos deles, há um fato na existência da UHE Marabá, a formação do reservatório de água pode ocultar ainda mais a história da guerrilha. O lago pode encobrir os cemitérios em que os militares enterraram os guerrilheiros.

Aqui se impôs um debate: a água pode encobrir a terra dos que foram mortos pelo fogo. Esse fato de a água ser o motivo de vida e de morte, de a terra ser encoberta pela água foi lembrado por uma senhora na Vila de Apinagés (o nome da vila se escreve com a letra G). Para ela, há muitas coisas que serão encobertas pela água, inclusive a vida dos índios Apinajés, que hoje moram numa terra indígena em Tocantinópolis, Estado do Tocantins, na margem do Rio Tocantins, também na Região do Bico do Papagaio.

Como se pode notar, a inter-relação da água, da terra e do fogo, quer em sentido estrito quer em sentido metafórico, está muito além da compreensão que se pode ter fazendo um estudo de impactos para instalação de uma usina de geração de energia. Noutras palavras, a intrincada vivência das pessoas com esse sistema demonstra que o modo como se dá a interação com o meio e como dessa relação pode surgir as condições de sobrevivência.

As políticas de estado para a Região do Bico do Papagaio, a construção da BR 230, que é a Transamazônica, o incentivo aos grandes latifundiários, a instalação de quartéis das forças armadas, demonstra que há, historicamente, um modelo de relação entre o estado e as pessoas. Todavia, a pobreza da região também demonstra que o papel truculento do estado ainda não cessou. A forma como as pessoas foram informadas da UHE Marabá é uma prova clara de que a opção do estado seja como indutor ou regulador dos investimentos é a da exclusão tanto maior dos excluídos.



## Considerações acerca da morte

Um tema implícito nas conversas foi a morte. Ninguém falou dela assim explicitamente, mas ao tempo de explicar a violência dos militares, de comentar que as árvores vão apodrecer dentro rio, que as pessoas estarão ali na margem do rio vendo morrer a história delas entre outros modos de falar. Nisso, sobreveio uma acentuação das dificuldades já vividas pelas pessoas: se a vida que levam é em si mesma uma quase-morte, dadas as imensas dificuldades, como seria viver sem o lugar de suas histórias?

No momento em que a equipe gravava um depoimento de uma senhora na Vila de São Raimundo, no Município de Brejo Grande do Araguaia, Estado do Pará, é que foi possível ter um pouco da noção de morte para essas pessoas. Assim que essa senhora começa a narrar sua vida diante das câmeras, ela começa desfiar um enredo que de tal modo é forte que ela mesma fez pausas, conta de suas dores, sobretudo na iminência de ela mesma morrer mais uma vez, nesse caso, ficar sem sua casa por causa da UHE Marabá. Num certo momento, ela é tomada de uma lembrança da morte de um filho numa corredeira do rio e disse como que em transe que dor maior que aquela, a de perder seu filho, ela não agüentaria, para um pouco e chora dolorosamente, ao fim diz, perder minha casa é como ver meu filho morrendo de novo.

A equipe encerra nesse ponto a gravação, todos são tomados de um estado tão dolorido, as pessoas gritam, se contorcem, porque até aquele momento havia, na equipe uma noção da morte das coisas, da paisagem, da história das pessoas, mas a equipe ainda não havia de se inteirado de como é morrer pela terra, de como é viver no seu chão e chorar até doer na alma pela simples possibilidade de ser escorraçado dali.

As conversas evidentemente não se pretendiam, nem esse era o objetivo, ser tão profundas. Mas a maneira como as pessoas estavam dispostas a falar de suas memórias foi fundamental para o sucesso das conversas. Nesse ponto é importante lembrar aqui algumas das idéias desenvolvidas por Maurice Halbwachs (2004). Para esse autor, a memória individual não é um ponto de vista da memória coletiva, antes, é preciso ver a memória individual dentro dos quadros sociais. Essa noção foi fundamental para que fosse possível entender o lugar de fala das pessoas. Porque para José Luiz Braga (2000) é preciso reconhecer que as pessoas falam de determinados lugares, isto é, a fala parte de uma situação. “Ao tratar uma situação, uma fala constrói um lugar de fala na realidade social e no conjunto de discursos socialmente disponíveis.” (BRAGA, p. 169).

Nesse mesmo sentido, a memória individual tem um espaço que pode em menor ou maior escala dar sentido ou diluir os sentidos nela fixados. Nas sociedades urbanas, a memória individual pode ter mais componentes que compõem a multiplicidade de coisas que também forma a memória coletiva, mas já num vilarejo é um pouco distinto. Nas palavras de Halbwachs, para os habitantes de um vilarejo “a memória de seu grupo registra fielmente tudo aquilo que pode dizer respeito aos acontecimentos e gestos de cada um deles, porque repercutem sobre essa sociedade e contribuem para modificá-la” (HALBWACHS, 2004.p.84).

Tendo em vista o peso das coisas contadas por essa senhora na conversa entabulada com a equipe, é que se pode ser possível compreender tanto a noção de lugar de fala, de Braga (2000) quanto a noção de memória viva de que fala Halbwachs (2004). Por isso, as considerações sobre a morte, desde a morte do rio até a morte das pessoas na Guerrilha do Araguaia saltam da memória das pessoas como um retrato, ou nas palavras de Halbwachs, um quadro social. Dito de outro modo, esse tema não surge apenas por força da morte do rio, como se pode crer, em princípio, porque o interlocutor pode ser levado a relativizar muito a profundidade desse tema.

Todavia, como enfatiza Halbwachs (2004), é preciso ter claro que há uma diferença entre a memória e a história, porque esta última traz as lacunas porque não comporta tudo, já a memória é feita, especialmente daquilo que não está na história. Isso, sobretudo no caso de grupos de pessoas que passam ao largo da história oficial, como é caso das pessoas que vivem no Bico do Papagaio.

Então no caso da temática da morte, como aqui se discute, é que se pode ver um viés da memória dessas pessoas. Claro está como explica Halbwachs (2004), que o tempo não é um tempo matemático nem tampouco as pessoas falam tentando realçar a temporalidade dos acontecimentos. Mas a possibilidade da morte do rio traz a tona outras mortes, quer sejam mortes de pessoas quer sejam mortes em sentido figurado.

Por isso, as pessoas falam já de certo modo afetadas por que um ente da paisagem, que de algum modo poderia ser da família, o rio, que pode sofrer. A despeito das explicações que possam ser dadas, especialmente as explicações oficiais, aquelas feitas pelo Estado, como ente público, ou das empresas, como empreendedores, nenhuma dessas explicações convence as pessoas de que o rio não morrerá. Como as relações e interações havidas entre os ribeirinhos e o rio vai desde a pesca, fonte de energia, até ao lazer, aos nados, às brincadeiras das crianças, às mulheres que batem roupas, essas

pessoas não podem ser convencidas que uma casa com chuveiro e máquina de lavar substitua o rio.

Um ponto relevante aqui, como já foi assinalado anteriormente, é que há ainda uma outra forma de a morte se apresentar, que é precisamente a falta ou o desencontro de informações. De um lado, os marcos postos pelos engenheiros para demarcar o enchimento do reservatório é uma certeza que UHE Marabá é uma realidade, todavia, não há ninguém que venha falar sobre essa obra, nem da parte do Estado nem tampouco da parte dos empresários que constroem-na.

Numa certa altura, um dos moradores da cidade de São João do Araguaia, um senhor de 70 anos, nascido lá, enfatizou, seria melhor já ter morrido, que ter de acordar todos os dias e ver na porta de sua casa um marco que mesmo em silêncio, estático, não se cansava de dizer que um dia iria engolir a casa. Essa fala, de uma pessoa que a diz como quem está marcado para morrer, produz um efeito muito forte da noção de morte como as pessoas tanto enfatizaram em suas falas.

Aqui há um detalhe que precisa de mais clareza, sobretudo porque é de fato um agravante: a morte anunciada. Como o contexto espacial, a região, é sobremaneira violento, as pessoas têm poucas oportunidades de se engajarem em algum tipo de luta contra a construção, ainda que a presença da UHE Marabá esteja lá, nas portas das casas, em que os marcos funcionam como sentinelas, anunciando que num tempo, qualquer, aquelas podem ser retiradas dali. Por isso, e a partir dessa noção de morte, é que a vida das pessoas que moram nas margens do Rio Tocantins e do Rio Araguaia está marcada. Também ficou claro que as pessoas não gostam muito de falar sobre isso, quando elas falam, expressam-se com uma tal ênfase que provoca sensações tão fortes a ponto de a equipe inteira ir às lágrimas.

A seguir, há duas fotografias que podem ilustrar um pouco mais o incômodo que se tem tratado aqui. Na Foto 01 há um close do marco 28 que está situado ao lado da Igreja Adventista, na Vila Socó, no município de Araguaia. No detalhe da Foto 02 é que se percebe como é violenta a atuação da empresa que vai construir a UHE Marabá.



Foto 02. Marco da UHE Marabá. Foto da equipe, feita pelo fotógrafo Ademir Castorino.



Foto 3. O Marco fincado ao lado da Igreja dos Adventistas, em Vila Socó, em Araguaatins. Foto da equipe, feita pelo fotografo da equipe, Ademir Castorino.

Mas em seguida a fala, se tornam mudas, saem para um canto, fumam um cigarro, de palha, ou bebem um xícara de café, sentam-se num banco, olhos num horizonte qualquer, não mais falam sobre esse tema e sobre tema nenhum. Nisso a equipe teve de

ser o mais delicada possível, porque uma vez a conversa tinha sido encerrada, nada mais haveria de ser falado, em alguns casos, nem despedidas eram possíveis. Não é que se trate de um drama, nem de superavaliação da situação, mas é que no caso da UHE Marabá há um contexto de opressão implícito no contexto regional que não pode ser desconsiderado.

Por outro lado, há pessoas que se apresentam com opinião totalmente distinta dessas. Nas conversas foi possível escutar um tanto de pessoas que não davam muita importância ao passado da Guerrilha do Araguaia nem tampouco aos problemas fundiários da região. Algumas pessoas tinham nascidos em algum dos municípios que poderiam ser atingidos. Normalmente tratava-se de pessoas com alguma posse de terra ou com alguma condição financeira mais estável. Todavia, o grupo de pessoas que mais defendia o empreendimento e por isso mesmo era contundente com a defesa de suas opiniões era a classe política.

Num pequeno debate, improvisado, entre um vereador, de um dos municípios, e um morador e líder camponês, ficou evidente o contraste. Para o vereador, os empregos que poderiam ser gerados, o progresso, as pessoas iriam receber casas com banheiros, ser indenizadas, tudo isso representaria um avanço para o povo, que segundo argumentou o vereador era pobre porque não havia progresso na região. Já o líder camponês se manteve em silêncio por um tempo, depois disse que poderia ser a falta de progresso a causa da pobreza, mas também se perguntava quem iria consumir tanta energia, porque eles naquela região não iriam com progresso nenhum precisar de tanta energia.

Em todos os municípios foi possível observar essa dicotomia, se assim se pode dizer, uma parte das pessoas, especialmente as pessoas que tinham na ponta língua a história oficial, tentava desqualificar os argumentos daquelas pessoas que trazem outras versões da história oficial. Para muitos políticos, empresários e outras lideranças, as mortes na guerrilha foram necessárias para varrer do mapa um grupo de agitadores, conforme explicitaram.

Esse aspecto é sobremaneira importante, porque como o discurso do Prefeito de Marabá, as lideranças políticas das cidades possíveis de serem impactadas ficam ávidas para terem suas cidades dentro do raio de impacto direto. Esse motivo tem razões econômicas, uma vez que os cofres destas prefeituras receberão, normalmente, como forma de compensação, impostos e outras taxas, uma quantia considerável de dinheiro. Nesse caso, o discurso dessas lideranças é sempre num tom que aparentemente pode ser

entendido como neutro, mas como diz Braga (2000), o lugar de fala a partir do qual essas pessoas falam é que se pode perceber que de que lado estão e qual bandeira eles defendem.

Sobretudo por isso é que o descompasso entre a perspectiva das elites locais, formada por esses entes políticos, e a imensa maioria pobre se torna ainda mais violento em face de uma situação que atingirá todos. Todavia, como os impactos serão sentidos com mais peso nas pessoas que já estão em situação de desvantagem. A proposta dessa parte do texto era dar um panorama de como a temática da morte, com as mais variadas formas, está imbricada nos discursos, tanto dos que estão mais sujeitos aos efeitos da morte quanto dos que estão mais afeitos a banir os intrusos, seja porque meio for.

#### Referências

BRAGA, J.L. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: Mídias e processos socioculturais. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

BOUZADA, M. Parecer sobre territórios da cidadania. Texto disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/329/Maria%20Morcef%20-%20110150%20-%20D%20territ.pdf> 2001.

DIEGUES, A.C. Aspectos Sócio-Culturais e Políticos do uso da Água. Texto disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/agua.pdf> 1995.

FRAXE, T. O saber local e os agentes da comercialização numa comunidade amazônica: um estudo de caso na COSTA DA TERRA NOVA, no CAREIRO DA VÁRZEA (AM). Texto disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT08/therezinha\\_fraxe.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/therezinha_fraxe.pdf) 2004.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

TUAN, Y. F. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983.

ZHOURI, A e OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. Texto disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf> 2007.